

DOSSIÊ TEMÁTICO

Currículo e Prática Pedagógica

A POLÍTICA DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UMA REDE DE ENSINO MUNICIPAL: CONCEPÇÕES DE UM GRUPO DE PROFESSORES

Danúzia Cardoso Lago¹
Maria Amélia Almeida²

Resumo: Estudos sobre as concepções dos professores em relação às políticas de inclusão escolar, das secretarias municipais de educação, ainda são insuficientes para conhecer a realidade dos mais de cinco mil municípios brasileiros. Tendo em vista que essas secretarias possuem autonomia para elaborar tais propostas, com base na Política de Inclusão Escolar brasileira, verificou-se a importância de analisar as implicações dessas medidas junto aos que atuam diretamente com os alunos do público alvo da educação especial (PAEE). O presente estudo³ teve por objetivo analisar as concepções dos professores, que atendiam alunos do PAEE, sobre a Política de Inclusão Escolar implementada pela Secretaria Municipal de Educação da qual faziam parte. O estudo desenvolveu-se em um município do interior da Bahia, no período de 2008/2010. A pesquisa caracterizou-se como descritiva utilizando-

¹ Acadêmica do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: lagodanusi@yahoo.com.br

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: ameliamo@terra.com.br

³ Parte da dissertação de Mestrado intitulada: Reflexos da Política Nacional de Inclusão Escolar no município-pólo de Vitória da Conquista/Bahia. Pesquisa realizada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) sob a orientação da Prof^a Dr^a Maria Amélia Almeida com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

se do estudo de campo como método de coleta e da abordagem qualitativa como metodologia de análise. Participaram trinta professores da rede municipal que tinham alunos com deficiência matriculados em suas salas de aula. Os instrumentos utilizados foram: questionário de caracterização pessoal/profissional e roteiro de entrevista semi-estruturada. As entrevistas foram registradas em áudio e submetidas à Análise do Conteúdo. Os resultados apontaram que 90% dos professores participantes tinham fortes restrições a respeito da política de inclusão escolar da Secretaria Municipal de Educação da qual faziam parte, bem como indicaram mudanças necessárias à efetivação dessa política.

Palavras-chave: Educação Especial. Concepções dos professores. Política de Inclusão Escolar.

Introdução

Estudos que analisam a inclusão escolar na rede de ensino municipal e as concepções dos professores que atuam com os alunos do público alvo da educação especial (PAEE) vêm obtendo mais espaço no âmbito acadêmico. O avanço dessas pesquisas deve-se ao aumento do número de matrículas desses alunos no ensino fundamental da rede municipal e ao fato de o professor ser um dos principais agentes desse processo (DAL-FORNO; OLIVEIRA, 2005; SANT'ANA, 2005; MIRANDA; OLIVEIRA, 2006; REGANHAN; BRACCIALLI, 2007; FERREIRA, 2007; OLIVEIRA; SILVA; KASSAR, 2007; MONTEIRO; MANZINI, 2008).

Os professores são considerados agentes ativos no processo de inclusão escolar dos alunos do PAEE. Dessa forma, considera-se importante analisar as concepções desses profissionais sobre a política de inclusão escolar da rede de ensino na qual trabalham, uma vez que as concepções de um indivíduo sobre determinado assunto direciona sua prática, ou ainda, determina suas atitudes. Nesse sentido, sua maneira de ser e agir levará a uma compreensão da sua prática pedagógica que possibilitará entender os processos de significação construídos por eles sobre os alunos do PAEE (MIRANDA; OLIVEIRA, 2006; FERREIRA, 2007; MONTEIRO; MANZINI, 2008).

A prática da inclusão escolar configura as discussões atuais, porém suas implicações ainda não são totalmente conhecidas. Diante desse fato, considera-se relevante ouvir professores que atuam junto aos alunos com deficiência. Nessa perspectiva, desenvolveu-se, durante o Mestrado em Educação Especial realizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), nos anos 2008 a 2010, uma pesquisa que teve por objetivo descrever e analisar a política de inclusão escolar no contexto de uma rede de ensino municipal, definido como município-polo do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade⁴ através das concepções dos professores que atendiam alunos com deficiência na sala de aula da rede comum de ensino.

O presente artigo é um recorte da Dissertação de Mestrado de Lago (2010). Neste recorte, escolheu-se uma das temáticas,⁵ cujo objetivo, que é o do texto aqui proposto, foi analisar as concepções dos professores que atendiam alunos com deficiência sobre a Política de Inclusão Escolar implementada pela Secretaria Municipal de Educação da qual faziam parte.

1 Desenvolvimento do estudo

Esta pesquisa caracterizou-se como descritiva, pois levou a uma possibilidade de generalização sobre a realidade estudada ao descrever sistematicamente concepções de uma determinada população. O estudo caracteriza-se como estudo de campo, pois a coleta de dados foi realizada com uma amostra significativa da população alvo e o enfoque metodológico dominante foi a abordagem qualitativa de pesquisa (BOGDAN; BIKLEN, 2003).

⁴ Programa promovido pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação que tem por objetivos: a disseminação da política de inclusão escolar nos municípios brasileiros e Distrito Federal; a formação de gestores e educadores para atuar como multiplicadores no processo de transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos; a sensibilização da sociedade; e a formação de redes apoiadoras da política nacional de inclusão escolar (BRASIL, 2007). O foco principal desse programa são os estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs).

⁵ As temáticas trabalhadas no texto da dissertação de Mestrado foram: A Política de Inclusão Escolar implementada pela Secretaria Municipal de Educação; O Professor diante da Inclusão Escolar; A Inclusão Escolar na prática da sala de aula e Condições necessárias à efetivação da Educação Inclusiva.

O estudo foi desenvolvido em uma cidade de médio porte do interior da Bahia, especificamente nas dependências de nove escolas de uma rede de ensino municipal que dispunham de professores que atendiam alunos com deficiência na sala de aula comum.

A rede de ensino municipal era organizada em Ciclos de Aprendizagem, desde 1998, em detrimento do sistema de seriação. Até fevereiro de 2009, possuía 185 unidades escolares; 41.514 alunos matriculados em toda rede municipal, dos quais 159 possuíam algum tipo de deficiência, o que correspondia a 0,38% do total da população estudantil da rede.

Participaram da pesquisa 30 professores que atuavam com quase metade (44%) dos 159 alunos com deficiência matriculados em toda rede de ensino municipal. Para seleção dos participantes foram utilizados os seguintes critérios: a) estar atuando em sala de aula do ensino comum com aluno com deficiência; b) aceitar participar da pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os 30 professores participantes foram designados P1 até P30 com o objetivo de manter sigilo sobre a respectiva identificação. Dos 30 professores participantes, 97% pertenciam ao gênero feminino; a faixa etária variou entre 20 e 57 anos com uma média de idade de 43 anos. Quanto à formação acadêmica, 37% (onze professores) já haviam concluído sua formação inicial e 23% (sete professores) estavam em fase de conclusão, sendo que os 40% restante (doze professores) possuíam apenas o ensino médio. Um dos participantes possuía especialização e seis estavam cursando uma especialização.

Os instrumentos utilizados na coleta de dados foram: um questionário destinado ao professor participante contendo questões de identificação pessoal e profissional e um roteiro de entrevista semi-estruturada, que foi elaborado com base nos estudos de Manzini (2003). O roteiro da entrevista foi encaminhado e apreciado por quatro juízes com experiência neste tipo de pesquisa.

A primeira etapa da pesquisa foi destinada aos procedimentos éticos, reuniões com os membros da Secretaria Municipal de Educação, construção dos instrumentos de coleta de dados e submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar.

Após a aprovação desse Comitê, a pesquisadora visitou as escolas que mais dispunham de alunos com deficiência e entrou em contato com os professores participantes. Os professores assinaram o TCLE e receberam o Questionário de Identificação Pessoal e Profissional para que fosse respondido e entregue no dia agendado para a entrevista.

Ao todo, foram realizadas trinta e três entrevistas, sendo que três fizeram parte do estudo piloto. Os dados obtidos por meio das entrevistas foram registrados em áudio e, posteriormente, transcritos na íntegra, transformados em textos e submetidos à Análise do Conteúdo baseado nos estudos de Bardin (1977) e Franco (2003). As categorias e subcategorias emergiram dos temas preestabelecidos e das falas dos professores participantes. A análise foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa baseada nos estudos de Lüdke; André (1986) e Bogdan; Biklen (2003).

2 Resultados e discussões

A seguir serão apresentados os resultados, as análises e as discussões do estudo sobre a temática selecionada para este texto: a Política de Inclusão Escolar implementada pela Secretaria Municipal de Educação (SMED). Para a elaboração desta temática considerou-se os reflexos da Política Nacional de Educação Inclusiva no âmbito local e as ações desenvolvidas pela SMED no que se referia à política municipal de educação inclusiva. Desta temática foram extraídas quatro categorias conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Categorias do Tema: A Política de Inclusão Escolar implementada pela SMED

CATEGORIAS

1. Cursos sobre Inclusão escolar oferecidos pela SMED aos professores participantes
 2. Avaliação do professor sobre a atual Política de Inclusão Escolar da SMED
 3. O Núcleo de Educação Inclusiva da SMED na concepção dos professores participantes
 4. A política de inclusão escolar do município e a matrícula dos alunos com NEEs nas escolas da rede
-

A seguir serão descritas as categorias elaboradas de acordo com o Tema proposto para este estudo, bem como a discussão dos dados advindos das falas dos 30 professores participantes.

2.1 Categoria 1 - Cursos sobre Inclusão escolar oferecidos pela SMED aos professores participantes

Dos trinta professores participantes, doze (40%) relataram que já haviam participado de cursos sobre Educação Inclusiva oferecidos pela SMED. Contudo, apenas três professores avaliaram os cursos de maneira positiva. Dezoito (60%) disseram que ainda não haviam participado de nenhum tipo de curso voltado a esta temática. Estes dados podem ser visualizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Categoria 1 - Cursos sobre Inclusão escolar oferecidos pela SMED aos professores participantes

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	PROFESSORES PARTICIPANTES	N	%
Cursos sobre inclusão escolar, oferecidos pela SMED	Participou	P4, P7, P10, P13, P14, P17, P18, P23, P24, P26, P28, P29	12	40
	Não Participou	P1, P2, P3, P5, P6, P8, P9, P11, P12, P15, P16, P19, P20, P21, P22, P25, P27, P30	18	60
Total			30	100

Dos doze professores que participaram dos cursos sobre Educação Inclusiva oferecidos pela SMED, dez professores - cerca de 84%, - relataram que os cursos deveriam acontecer com mais frequência e que as temáticas deveriam ser mais próximas à realidade na qual atuavam. Os doze professores alegaram, de maneira geral, que os cursos eram, em sua maioria, de curta duração, teóricos demais e, por isso, não supriam as necessidades de formação para atuarem

junto aos alunos com deficiência. Verificou-se, analisando esses relatos, que a maioria (84%) dos professores que participaram dos cursos oferecidos pela SMED não estava satisfeita com a qualidade desses cursos, conforme relatos a seguir:

Cursos e palestras a SMED vem oferecendo. Eu já participei. [...] mas a gente quer uma coisa mais efetiva, [...] Os cursos foram gratificantes, [...], mas não foram suficientes! Não tem contemplado a real necessidade que nós temos na escola. [...]. São teóricos demais! (P4).

A SMED vem oferecendo alguns cursos, mas acho que poderia ser com mais frequência, [...] o ano passado foi muito limitado, [...] selecionou poucos professores. Aqui mesmo, [referindo-se à sua escola] apenas uma colega participou. Eu mesma só participei de uma reunião [...]. (P23).

Dos 18 professores que relataram nunca ter participado de nenhum curso sobre inclusão escolar oferecido pela SMED, todos foram unânimes ao relatar que não foram liberados para participar dos cursos e que a escolha para participar de algum curso se dava por meio de sorteio ou consenso entre os professores; outras vezes a participação restringia-se apenas ao coordenador da escola. A questão do sorteio entre os professores apareceu também nos relatos dos doze professores que já haviam participado de algum curso sobre inclusão escolar. O que contradiz a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que preconiza orientação aos sistemas de ensino para garantir entre outras coisas a “[...]; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; [...]” (BRASIL, 2008, p.14).

Sei que já houve vários cursos, mas eu não participei de nenhum oferecido pela SMED [...]. O Núcleo chama os coordenadores para serem multiplicadores na escola, mas esses coordenadores engavetam essas coisas e não passam para os professores. **Que multiplicação é essa?** Desde quando estou na rede sempre tive alunos com a visão subnormal e nunca tive esse apoio. (P5). (Grifo nosso).

Eu sei que a SMED oferece, mas eu nunca fui contemplada. [...] é assim: nem todos os professores podem ir aos cursos, pois não tem quem fica na sala [...] A SMED dá preferência aos professores que já tem alunos com deficiência. (P8).

Apenas três (10%) dos 30 professores disseram que participaram de seminários e oficinas de ótima qualidade.

No ano de 2007 a secretaria ofereceu um curso para a comunidade escolar e foi sensacional! [...]. Foi minha primeira experiência, foi um curso para despertar a sensibilidade na questão dos alunos especiais. Foi um curso dos mais esclarecedores que eu recebi até hoje! Já teve vários seminários e cursos. GOSTEI MUITO! Eles [referindo-se à SMED] oferecem sempre e acho muito importante. (P18).

Castro; Freitas (2008, p. 57) constataram em um estudo com professores que atendiam alunos com Síndrome de Down que “a distância entre o concebido, as propostas, os conceitos e a realidade é enorme [...]”. Esta constatação também foi encontrada neste estudo, pois se verificou nos discursos dos professores participantes uma lacuna entre o ideal estabelecido pela política de inclusão escolar da SMED e o real, pois, se nas diretrizes são anunciados cursos de extensão, grupo de estudos temáticos e formação em serviço aos professores que atendem alunos com deficiência, na prática fica claro que este tipo de formação não está chegando até o professor e, os que chegam não suprem suas necessidades.

Nesse sentido, os cursos oferecidos pela SMED precisam ser repensados, pois os alunos com deficiência já estão nas salas de aula, portanto não se pode escolher este ou aquele professor para participar de um curso sobre inclusão escolar.

Em se tratando da lógica da multiplicação preconizada pelo “Programa Nacional Educação Inclusiva: direito a diversidade” verificou-se que ela não vem sendo efetivada, pois os relatos dos professores participantes deste estudo, que faziam parte de um município-polo deste Programa, deixaram claro que os cursos realizados até o momento não tiveram implicações práticas e muito menos multiplicadoras.

2.2 Categoria 2 - Avaliação do professor sobre a atual Política de Inclusão Escolar da SMED

De acordo com os professores participantes, a criação do Núcleo de Educação Inclusiva foi um aspecto positivo da política de inclusão escolar da SMED, bem como a obrigatoriedade da matrícula na rede. Contudo explicitaram que faltava ainda uma estrutura necessária à condução do projeto de inclusão escolar que tinha por base uma política efetiva de formação profissional; organização na estrutura física das escolas; ampliação do corpo técnico do Núcleo e parcerias mais efetivas com as instituições de educação especial e com a área de saúde. Neste sentido, dezessete professores (57%) avaliaram a atual Política de Inclusão Escolar da SMED de maneira negativa e treze (43%) de forma positiva, porém com várias ressalvas, conforme Quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - Avaliação dos professores participantes sobre a atual política de inclusão escolar da SMED

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	PROFESSORES PARTICIPANTES	N	%
Avaliação do professor sobre a atual política de Inclusão escolar da SMED	Avalia negativamente	P6, P8, P9, P10, P12, P13, P14, P15, P16, P17, P18, P22, P24, P26, P27, P28, P29	17	57
	Avalia positivamente, mas com ressalvas	P1, P2, P3, P4, P5, P7, P11, P19, P20, P21, P23, P25, P30	13	43
Total			30	100

As avaliações sobre a política de inclusão escolar da SMED⁶ na concepção dos 30 professores participantes deste estudo se configuraram:

✓ **Ora negativas:**

É uma falsa inclusão! Em termos estatísticos é uma beleza! A cada ano a rede recebe mais alunos com deficiência. [...] A rede

⁶ Lembrando que essa pesquisa foi realizada no período de 2008 a 2010.

tem alunos com problemas seríssimos e a SMED acompanha um ou outro caso. [...] Já atuei na vice-direção e o que eles pedem no início do ano é a quantidade dos alunos com deficiência matriculados, mas a qualidade desse atendimento nunca foi discutida entre os professores e a SMED. (P26).

✓ **Ora positivas, com ressalvas:**

[...]. O primeiro passo, a SMED já deu, e eu acho importante a gente reconhecer isso. A criação do Núcleo foi importante, mas precisa avançar, [...]. A inclusão não pode ficar à mercê do professor, [...]. Precisa de um trabalho em conjunto. (P23).

Os 30 professores participantes relataram ainda que a SMED buscava aprimorar a política de inclusão escolar, mas apontaram o número reduzido de profissionais capacitados para atender a demanda da rede, bem como a falta de capacitação profissional dos docentes como um dos maiores entraves à política de inclusão escolar desses alunos. Nesse aspecto, os relatos destes professores corroboraram com os relatos dos professores participantes do estudo realizado por Sant'Ana (2005) que apontaram a falta de suporte por parte de profissionais especializados e a falta de capacitação docente como sendo uma das principais dificuldades para efetivação da inclusão escolar.

2.3 Categoria 3 - O Núcleo de Educação Inclusiva da SMED na concepção do professor participante

Conforme explicitado anteriormente, a rede municipal de ensino contava, na época, 2008 a 2010, com um Núcleo de Educação Inclusiva. Este tinha por objetivo dar suporte às ações implementadas no que diziam respeito à Política de Inclusão Escolar da rede.

O Quadro 3 apresenta a categoria referente à percepção do professor participante sobre o Núcleo de Educação Inclusiva da SMED e as subcategorias advindas dos seus relatos.

Quadro 3 - O Núcleo de Educação Inclusiva da SMED na concepção do professor participante

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	PROFESSORES PARTICIPANTES	N	%
O Núcleo de Educação Inclusiva da SMED na concepção do professor participante	Atendimento precário	P1, P2, P3, P4, P5, P7, P8, P10, P11, P12, P13, P14, P15, P17, P18, P19, P21, P22, P23, P24, P26, P27, P28, P29, P30	25	83
	Atendimento satisfatório	P6, P9, P16, P20, P25	5	17
Total			30	100

Vinte e cinco professores participantes (83%) relataram que tinham conhecimento sobre o atendimento prestado pelo Núcleo de Educação Inclusiva da SMED, contudo disseram que este atendimento era precário devido a várias razões, a saber:

- **O número de profissionais que compunha a equipe era pequeno em relação à demanda da rede, conforme relatos a seguir:**

Tenho conhecimento da existência do Núcleo, mas também sei que são poucos profissionais para atender a demanda da rede.[...]. Ainda não fui atendida por nenhum profissional desta equipe. (P10).

Eu sei que tem uma equipe, mas eu não conheço [...]. Este ano tenho uma aluna com Paralisia Cerebral e por isso solicitei o apoio, mas até agora não vieram. São poucos profissionais para atender a rede toda. (P11).

- **Faltava o retorno – feedback dos atendimentos prestados pelo Núcleo**

Ano passado vieram algumas pessoas do Núcleo aqui na escola e solicitaram os nomes dos alunos com deficiência, inclusive passei o nome desses dois alunos que acompanho. Os alunos foram chamados para uma avaliação e uma entrevista, MAS FOI SÓ ISSO! Não houve nenhum retorno e nenhuma intervenção nem com os alunos, nem com os professores. (P8).

- **O atendimento prestado até aquele momento foi superficial**

O pessoal do Núcleo veio aqui na escola, no primeiro dia de aula, apresentar o menino [referindo-se ao aluno com deficiência intelectual que acompanhava]. Deu algumas dicas de como trabalhar com ele e, só!! Não retornaram [...] um atendimento muito precário. (P23).

- **O contato dos profissionais do Núcleo acontecia somente com a coordenação/direção da escola**

Eu sei que existe uma equipe de inclusão [...]. Trabalham diretamente ligado à coordenação da escola [...], a gente faz o relatório dessas crianças e encaminha, [...], mas nunca fui atendida diretamente pelo Núcleo. (P2).

Solicitei a presença do pessoal do Núcleo, MAS NUNCA TIVE ESSE APOÍO, me sinto totalmente só! Quando eles [referindo-se aos profissionais do Núcleo] vêm à escola só falam com a direção. [...] (P17).

Através dos relatos dos professores participantes, constatou-se a necessidade dos profissionais do Núcleo buscarem um trabalho mais próximo ao professor, pois, conforme afirmam Castro e Freitas (2008, p. 51), “O professor é agente formador de opiniões, disseminador de ideias e ator nas relações com os alunos. É neste contexto que o ato de escutar os professores passa a ser fundamental. [...]”

Dos trinta professores, cinco (17%) relataram que receberam suporte/atendimento da equipe que compunha o Núcleo e que o trabalho realizado foi bastante proveitoso. Contudo, mesmo os que avaliaram o atendimento de maneira positiva, declararam que faltou regularidade no atendimento devido ao pequeno número de profissionais do Núcleo.

Ano passado eu tive um caso muito difícil [...] e eu tive todo o suporte do Núcleo. Tive acompanhamento, retorno e houve muito progresso. Ela [referindo-se à psicopedagoga do Núcleo] me acompanhou no passo a passo e me instruiu como agir nos momentos em que ela não estivesse e deu certíssimo. (P25).

Góes (2004) pontua que o suporte de diversos profissionais é indispensável à escolarização de alguns alunos com deficiência, pois os profissionais de cada setor poderão contribuir com determinados tipo de deficiência. Contudo, a autora alerta que:

[...] a coordenação dessas ações deve estar nas mãos da escola, no que diz respeito à educação formal. Nem sempre isso ocorre e, por vezes, perduram as interações nos moldes tradicionais [...], ou a parceria fica circunscrita à interação do professor com o profissional. No geral, o resultado é que a escola desloca parte de suas funções educativas para esses outros setores. (GÓES, 2004, p.76).

Neste aspecto, a política de inclusão escolar da SMED previa este suporte por meio dos profissionais do Núcleo de Educação Inclusiva, porém constatou-se, nos relatos dos professores participantes, que o número de profissionais do núcleo era bastante reduzido e, por isso, não contemplava toda rede.

2.4 Categoria 4 - A política de inclusão escolar do município e o processo matrícula dos alunos com NEEs nas escolas da rede

O Quadro 4 apresenta a frequência das subcategorias referentes à forma como se deu a matrícula do alunos com deficiência nas escolas da rede municipal de ensino onde esta pesquisa foi realizada.

Quadro 4 - Frequência das subcategorias referentes à forma como se deu a matrícula dos alunos com deficiência nas escolas municipais da rede regular

CATEGORIA	SUBCATEGORIAS	PROFESSORES PARTICIPANTES	N	%
A política de inclusão escolar do município e o processo de matrícula dos alunos com deficiência nas escolas municipais	Obrigatoriedade da Lei	P2, P4, P5, P6, P7, P9, P11, P12, P13, P14, P16, P17, P18, P19, P20, P22, P23, P24, P25, P26, P27, P29, P30	23	54
	Perfil da turma	P1, P6, P10, P13, P15, P19, P20, P23, P24, P26, P28, P29, P30	13	30
	Experiência docente anterior	P1, P2, P3, P4, P8, P10, P21	07	16
Total			30	100

Os professores participantes relataram que a matrícula dos alunos com deficiência na rede regular de ensino vinha se tornando uma prática constante. As escolas têm o dever de matricular o aluno e a distribuição destes nas escolas e salas de aula não depende da vontade/aceitação do professor.

Ao serem questionados sobre a forma como se deu o processo de matrícula do aluno com deficiência nas escolas municipais e em suas respectivas salas de aula, verificou-se que as respostas dos professores poderiam ser agrupadas em três subcategorias, sendo que um mesmo participante relatou mais de um critério:

- **Obrigatoriedade legal** – 54% dos professores participantes

A SMED manda matricular e a escola têm que cumprir a lei.[...] Se fosse do meu gosto eu não aceitaria porque a gente não tem preparação, mas fazer o que?(P22).

O professor acolhe porque ele não pode recusar por causa da LEI e não importa o tipo de deficiência. (P28).

- **Perfil da turma – faixa etária, nível de aprendizagem e número de alunos por sala** – 30% dos professores participantes

[...] os alunos são matriculados e são distribuídos nas salas de acordo com a idade. (P6).

A escolha não é do professor. [...] A matrícula no município é por idade. (P30).

- **Experiência docente anterior com alunos com deficiência** – 16% dos professores participantes

Eu trabalho também em uma instituição de educação especial, e por isso aqui na rede, quando tem algum aluno com deficiência, eles [referindo-se à direção da escola] mandam para minha sala. (P21).

Considerações finais

Os relatos dos professores participantes deste estudo evidenciaram que o ato de matricular alunos com deficiência na rede regular de ensino não se efetiva pela força de Lei, pois a falta de apoio ao professor foi apontada como sendo um dos maiores entraves à efetivação da política de inclusão escolar. Os professores relataram ainda que, quanto às leis que respaldavam a matrícula do aluno com deficiência no ensino regular, a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e as escolas municipais vinham cumprindo as prerrogativas, no entanto indicaram a necessidade dos órgãos administrativos providenciarem a participação ampla e irrestrita dos educadores na efetivação da política de inclusão escolar.

Quanto à capacitação dos professores, constatou-se que a SMED necessitava investir em ações com vistas à ampliação da formação dos seus docentes. De acordo com Sant'Ana (2005), uma formação deficitária traz consequências sérias à educação e, conseqüentemente, aos princípios da educação inclusiva, pois a qualificação para atuar na educação inclusiva não se restringe apenas à participação em cursos esporádicos, como os relatados pelos participantes desta pesquisa.

Vale destacar, porém, que a formação docente não pode restringir-se à participação em cursos eventuais, mas sim precisa abranger necessariamente programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente. A formação implica um processo contínuo, [...] precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem. [...] o professor precisa ser ajudado a refletir sobre sua prática, para que compreenda suas crenças em relação ao processo e se torne um pesquisador de sua ação, buscando aprimorar o ensino oferecido em sua sala de aula. (SANT'ANA, 2005, p. 228).

Os professores participantes relataram que a política de inclusão escolar da rede municipal de ensino avançou a partir da criação do Núcleo de Educação Inclusiva, em 2006, contudo os objetivos

propostos pelo Núcleo, entre eles: orientar os professores que atendiam alunos com deficiência e promover cursos de capacitação em serviço e de extensão sobre inclusão escolar não foram cumpridos de maneira satisfatória. Os participantes apontaram que as ações do Núcleo poderiam ser aperfeiçoadas e ampliadas, pois a maioria dos professores entrevistados não participou de uma formação em serviço que contemplasse as suas necessidades em relação ao trabalho com alunos com deficiência na sala de aula comum. Após análises dos relatos dos professores participantes deste estudo constatou-se que eles almejavam um trabalho mais direcionado às necessidades reais da sala de aula, pois, dos professores que realizaram cursos sobre inclusão escolar, apenas três relataram que estavam satisfeitos. Ou seja, cerca de 90% dos participantes tinham fortes restrições em relação aos cursos oferecidos pela SMED.

De maneira geral, ao avaliarem o trabalho desenvolvido pela SMED, os professores participantes reconheceram que a rede vinha buscando implementar uma política de inclusão escolar com objetivo de atender os alunos com algum tipo de deficiência. Contudo relataram que, em comparação ao aumento das matrículas desses alunos, o número de profissionais especializados que poderiam auxiliá-los era extremamente pequeno e o apoio pedagógico recebido era insignificante. Dessa forma, verificou-se que as mudanças preconizadas pela SMED estão, conforme pontua Mendes (2006, p. 401), “postas na lei, mas ainda não estão devidamente traduzidas em ações políticas, e por isso nem chegam às escolas, e menos ainda às salas de aula.” O que não impede, segundo esta autora, que cada um faça sua parte e torne-se sujeito da história.

Constatou-se que os posicionamentos e reflexões dos participantes deste estudo constituem-se em fontes de informações relevantes para a SMED, no sentido em que as principais necessidades educacionais foram evidenciadas. Nesse sentido, as concepções dos professores deste estudo poderiam contribuir com um planejamento educacional que seja capaz de atender, não somente aos alunos com

algum tipo de deficiência, mas a todos os alunos, isso porque as principais dificuldades apresentadas pelos professores participantes não são exclusivas do processo de inclusão escolar do aluno com deficiência na escola regular, mas problemas que dizem respeito à estrutura educacional brasileira.

[...] a escola é um organismo vivo – não é a ilha de pureza sonhada pelo tecnoburocratas -, a rigidez e a inflexibilidade burocrata não impedem por muito tempo a inovação pedagógica. As contradições internas não podem ser totalmente absorvidas. Começa a aparecer a defasagem entre o apregoado, o planejado e o realizado, entre o plano ideal e o plano real, entre o regimento e a legislação e a realidade. (GADOTTI, 2006, p.164).

O que se percebe em estudos desta natureza em que os discursos e ações dos professores são considerados, é a lacuna existente entre o ideal instituído pelo governo e o real experimentado e vivido pelos que mais diretamente lidam com a implementação das políticas de inclusão escolar: os professores. Os resultados obtidos nesta pesquisa fomentam estudos dessa natureza no campo científico, pois algumas questões foram evidenciadas: se a Política Nacional de Educação Inclusiva preconiza o apoio ao professor que atende alunos com deficiência, por que essa prerrogativa ainda não se efetivou na prática? Será que em outros municípios-polo do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade as ações para a formação dos professores estão sendo efetivadas? Em que medida a Política Nacional de Educação Inclusiva influencia nas ações desses municípios-polo? Os municípios-polo estão sendo multiplicadores da Política Nacional de Educação Inclusiva?

Espera-se que os resultados desse estudo tragam novas contribuições ao processo de inclusão escolar da rede regular de ensino no sentido em que as concepções dos professores possam fomentar novas diretrizes que permeiam a política de inclusão escolar, bem como subsidiar novos estudos na área, inclusive no que diz respeito à qualidade do ensino oferecido aos alunos com NEEs.

THE POLICY OF INCLUDING CHILDREN WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN REGULAR CLASSES: THE TEACHERS' CONCEPTIONS

Abstract: Studies about teachers' conceptions concerning the inclusion of children with special needs in regular schools are still unable to reflect the reality of more than the five thousand Brazilian cities. The Brazilian National School Inclusion Policy considers that each city is allowed to develop its own policy to include children with special needs in regular schools. In this context it is important to analyze the way these policy measures may influence the teacher who works with students who have special needs. This study aimed to analyze the conceptions of teachers who taught students with special needs about the inclusion policy of the city they worked in. The research took place between 2008 and 2010 in a city located in the interior of the state of Bahia, in Brazil. It was a descriptive study. The data was collected in schools and analyzed in a qualitative way. Thirty teachers who had students with special needs in their classes participated in this study. The data was collected using a questionnaire containing personal and professional information and a semi-structured interview. The interviews were recorded and their content was analyzed. The results have shown that 90% of the participants strongly disagree with the inclusion policy of the city they worked in and suggested some changes that could improve the effectiveness of this policy.

Key Words: Special education. Teachers' conceptions. Inclusion policies in schools.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação inclusiva: Direito à Diversidade**. Secretaria da Educação Especial, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: maio 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, MEC; SEEP, 2008.

CASTRO, S. F. de; FREITAS, S. N. As representações sociais dos professores de alunos com síndrome de Down incluídos nas classes comuns do ensino regular. In: FREITAS, S. N. (Org.). **Tendências contemporâneas de inclusão**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008. p. 49-75.

DAL-FORNO, J. P.; OLIVEIRA, V. F. **Ultrapassando barreiras: professoras diante da inclusão**. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2005/02/a10.htm>>. Acesso em: maio 2008.

Revista Educação Especial, n. 26, 2005, Universidade Federal de Santa Maria, RS. ISSN versão online: 1984-686X. INSS versão impressa: 1808-270X. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4403/2577>>. Acesso em: maio 2008.

FERREIRA, M. E. C. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 33, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: maio de 2008.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003. 72 p.

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GÓES, M.C.R. de. Desafios da inclusão de alunos especiais: a escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa. In: GÓES, M.C.R. de; LAPLANE, A. L. F. de. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p.70-91.

LAGO, D. C. **Reflexos da Política Nacional de Inclusão Escolar no Município-pólo de Vitória da Conquista/Bahia**. 2010. 168p. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: jun. 2008.

MIRANDA, A. A. B.; OLIVEIRA, M. C. Deficiência Mental e inclusão escolar. In: CICILLINI, G. A.; BARAÚNA, S. M. (Org.). **Formação docente: saberes e práticas pedagógicas**. Uberlândia, EDUFU, 2006. p. 137-160.

MONTEIRO, A. P. H.; MANZINI, E. J. Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 14, n. 1, 2008. p. 35-52.

OLIVEIRA, A. D.; SILVA, G. A. M. da; KASSAR, M. de C. M. Inclusão em escolas municipais: análise inicial de um caso. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília: 2007. v. 32, n. 2. Disponível em: <<http://scielo.br/scielo>>. Acesso em: junho 2008.

REGANHAN, W. G.; BRACCIALI, L. M. P. Percepção dos professores sobre a modificação da prática pedagógica para o ensino do aluno deficiente inserido no ensino regular. In: MANZINI, E. J. (Org.) **Inclusão do aluno com deficiência na escola: os desafios continuam**. Marília: ABPEE, 2007. p. 51-62.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicol. estud.** 2005, vol. 10, n. 2, p. 227-234. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: maio 2008.

Artigo recebido em: 30/08/13

Aprovado para publicação em: 05/11/13